

IX CONGRESSO BRASILEIRO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DE DIREITO AMBIENTAL

DA APRODAB – ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE DIREITO AMBIENTAL DO BRASIL

I CONGRESSO DE DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL DA UNISANTOS

PROJETO DO EVENTO

1. APRESENTAÇÃO

A APRODAB - Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil - é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em junho de 2003 com a finalidade de implementar o ensino obrigatório do Direito Ambiental nos cursos de graduação de todas as faculdades de Direito do País e velar por sua qualidade. Seus membros – cerca de 160 associados representando todos os Estados brasileiros – atuam em todo o País, não apenas divulgando o conhecimento sobre Direito Ambiental, mas buscando a conscientização da sociedade sobre a necessidade de melhorar a qualidade ambiental, protegendo os recursos naturais do uso descontrolado e predatório.

A UNISANTOS - Universidade Católica de Santos - foi fundada em 1986, fazendo parte da Sociedade Visconde de São Leopoldo, criada em 1951. O curso de Direito da instituição existe desde 1953, e é um dos mais importantes e reconhecidos do País. Em 2002, foi criado o Mestrado Acadêmico em Direito, recomendado pela CAPES com nota 4 desde 2006, possuindo as áreas de concentração: Direito Ambiental e Direito Internacional.

O IX Congresso da APRODAB e o I Congresso de Direito Ambiental Internacional da UNISANTOS é um evento que visa reunir professores, acadêmicos, pesquisadores, profissionais, autoridades públicas, gestores de empresas privadas e alunos de graduação e pós-graduação de todo o País, para apresentar trabalhos, discutir e debates temas de interesse de área, e recomendar propostas e ideias para a solução de problemas ambientais.

2. O TEMA DO CONGRESSO

O tema escolhido para o Congresso de 2011 é: **“Os Problemas da Zona Costeira no Brasil e no Mundo”**. Com a aliança das duas instituições – APRODAB e UNISANTOS – será

Patrocínio



Apoio Institucional





desenvolvida uma programação conjunta, de caráter multidisciplinar, com o objetivo de evidenciar as principais questões de cunho ambiental relacionadas com atividades como a exploração de petróleo e gás na plataforma continental brasileira, a ocupação urbana da Zona Costeira, a proteção da biodiversidade da Mata Atlântica, entre outros.

3. DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO

O evento será realizado em Santos – SP, nas dependências da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos, na Avenida Conselheiro Nébias, 589, no período de 1 a 3 de setembro de 2011.

O congresso será organizado e promovido pela APRODAB – Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil e pelo Programa de Mestrado em Direito da UNISANTOS – Universidade Católica de Santos.

4. PROGRAMA DO EVENTO

5ª. Feira - 1/9/2011:

19h30 - Cerimônia de Abertura

Palestras de Abertura

20h - O tratamento da zona Costeira pelo Poder Judiciário

Vladimir Passos de Freitas (professor de Direito Ambiental na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Consultor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, desembargador Federal aposentado, ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região e assessor-chefe da Corregedoria Nacional de Justiça, DF).

Patrocínio



Apoio Institucional





20h30 – *Contaminação Ambiental Heredada*

Genaro Uribe Santos (professor de Direito Ambiental e presidente da ATINA – Academia Transdisciplinária Internacional del Ambiente – Peru)

6ª. Feira - 2/9/2011:

Manhã

8h – 10h

Mesa 1: Mata Atlântica e Zona Costeira

Presidente: *Gilberto Passos de Freitas* (desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

Regime Jurídico dos Recursos Naturais

José Renato Nalini (desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, membro da Câmara Reservada de Meio Ambiente)

Regime jurídico de proteção da Mata Atlântica

Fábio Feldmann (advogado e administrador de empresas, deputado federal por três mandatos consecutivos (1986 – 1998), tendo participado como deputado Constituinte na elaboração da Constituição de 1988)

Juridicidade da Danosidade Ambiental Costeira

José Rubens Morato Leite (professor Titular da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina)

10h30 – 12h (mesas simultâneas)

Mesa 2: Portos e Meio Ambiente

Presidente: *Fernando Fernandes da Silva* (coordenador geral da Pós Graduação *Stricto Sensu* da UniSantos e professor do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

Avaliação Ambiental Estratégica e empreendimentos costeiros





Germano Vieira (Advogado, Professor de Direito Ambiental da Unifenas/BH e Faculdades Milton Campos e Controlador do Estado de Minas Gerais - CGE)

As implicações ambientais da ampliação do Porto de Santos

Fábio Nunes (secretário do Meio Ambiente de Santos)

O Porto de Santos e sua política ambiental

Alexandra Sofia Grotta (superintendente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo)

Portos na legislação ambiental

Fernando Reverendo Akaoui (promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo)

Poluição biológica e água de lastro

Alessandra Galli (professora de Direito Ambiental da Graduação e da Pós-Graduação do UNICURITIBA e Advogada)

Mesa 3: Mudanças Climáticas

Presidente: Ricardo Stanziola Vieira (APRODAB)

O Brasil em face das Mudanças Climáticas

Ana Maria Nusdeo (professora de Direito Ambiental da Universidade de São Paulo)

Mudanças Climáticas e América Latina: Impacto, Vulnerabilidade e Adaptação nas Zonas Costeiras segundo o Relatório do IPCC/2007

Márcia Brandão Carneiro Leão (professora da graduação da Faculdade de Direito da FAAP-Fundação Armando Álvares Penteado, professora dos cursos de Pós-Graduação da PUC-SP e Unianchieta)

Paradiplomacia ambiental e a Política Estadual de Mudanças Climáticas

Fernando Cardozo Rei (advogado, ex-presidente da CETESB e professor do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

O Saneamento Básico e as mudanças Climáticas

Marcelo Morgado (Assessor de Meio Ambiente da Presidência da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP).

Patrocínio



Apoio Institucional





Políticas de gestão costeira e efeitos das mudanças climáticas globais

Francelise Pantoja Dihel (professora titular da Universidade do Vale do Itajaí)

Tarde

14h – 15h

Palestra

Competência para licenciamento de atividades na Zona Costeira

Consuelo Yoshida (professora Assistente Doutora do Departamento de Direitos Humanos, Difusos e Coletivos da PUC/SP, professora de Direito Ambiental na Graduação e na Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - e coordenadora dos cursos de Especialização em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade (PUC/COGEAE/SP). Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Biodireito, Ética e Cidadania - UNISAL - Lorena/SP. Desembargadora do 3º Tribunal Regional Federal).

15h30 – 17h (mesas simultâneas)

Mesa 4: Zoneamento Ecológico – Econômico

Presidente: *Edson Ricardo Saleme* (professor do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

ZEE na Baixada Santista

Marcelo Sodré (professor na graduação e pós-graduação e diretor adjunto da Faculdade de Direito da PUC/SP. Procurador do Estado, com atuação na Consultoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Integra os Conselhos Diretores da Greenpeace/Brasil - presidente do Conselho-, IDEC e ALANA).

Zoneamento Agroecológico da cana de açúcar

Vladimir Garcia Magalhães (professor do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)





ZEE Costeiro

Sheila Cavalcante Pitombeira (professora universitária e procuradora de Justiça - Ministério Público do Estado do Ceará)

Territórios e Sustentabilidade

Solange Teles da Silva (professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e professora do Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (UEA))

Mesa 5: Meio Ambiente Urbano

Presidente: Erika Bechara (professora de Direito Ambiental da PUC/SP e da Faculdade de Direito de Sorocaba, coordenadora assistente do curso de Pós-graduação *lato sensu* de Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade da COGEAE-PUC/SP e Advogada)

Ocupação nas encostas de morros

Guilherme Purvin Figueiredo (professor de Direito Ambiental dos cursos de graduação da Universidade São Francisco e de Pós-graduação da PUC-SP, PUC-Rio e UniAnhietá. Doutor em Direito pela USP, coordenador Internacional da APRODAB).

Tutela Jurídica das Praias em Face do Meio Ambiente Artificial

Celso Antonio Pacheco Fiorillo (coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Sociedade da Informação - Mestrado - do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU - em São Paulo)

Regularização fundiária em APP

Maria Luiza Machado Granziera e Alcindo Gonçalves (professores do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e dos Sistemas de Mosaicos da Mata Atlântica

Fernando Chucre (Arquiteto Urbanista. Coordenador do Programa Serra do Mar da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo/CDHU)

Regularização fundiária do Parque Estadual da Serra do Mar

Patrocínio



Apoio Institucional





Lúcia Reisewitz (professora da Pós-graduação *lato sensu* da COGAE-PUC/SP)

Sábado 3/9/2011:

Manhã

8h – 9h

Palestra

A proteção da Zona Costeira no STJ

Min. Herman Benjamin – (Ministro do STJ - Superior Tribunal de Justiça)

9h – 10h30 (mesas simultâneas)

Mesa 6: Atividades Econômicas na Zona Costeira

Presidente: Marcelo Lamy (professor do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

Fiscalização das infrações administrativas ambientais na Zona Costeira

João Leonardo Mele (mestre em Direito Ambiental pela UNISANTOS, professor do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo e coordenador do curso de Meio Ambiente da Universidade de Ribeirão Preto - Campus Guarujá. Comandou o Policiamento Ambiental no Estado de São Paulo).

Biodiversidade

Ingrid Oberg (Chefe Regional IBAMA – Baixada Santista)

Mesa 7: Gerenciamento Costeiro

Presidente: Maria Collares Felipe da Conceição (desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro)

Derramamento de Óleo por Navios na Zona Costeira – fiscalização e multas

Keity Carboni Ferraz (Diretoria de Portos e Costas – Marinha do Brasil)

Exploração de águas subterrâneas em zona costeira

Patrocínio



Apoio Institucional





Luciana Cordeiro (Professora e Coordenadora da Pós Graduação em Direito Ambiental do UNIANCHIETA- Assessora Executiva da Diretoria Jurídica da CDHU, Coordenadora Regional - São Paulo da APRODAB)

Gestão Costeira Integrada: marcos legais e arranjos institucionais

Marcia Regina Lima de Oliveira (Analista ambiental Gerência Costeira – Departamento de Zoneamento Costeiro – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Ministério do Meio Ambiente)

A Integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras

Eldis Camargo (procuradora da Agência Nacional das Águas – ANA)

Gerenciamento Costeiro na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)

Capitão de Mar e Guerra Celso Moraes Peixoto Serra (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar)

11h – 12h30 (mesas simultâneas)

Mesa 8: Petróleo, Gás e Meio Ambiente

Presidente: Maria Luiza Machado Granziera (vice-coordenadora do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

Normas de segurança de aspectos ambientais do transporte de petróleo e gás

Nelson Barbosa - Transpetro

Mecanismos internacionais de prevenção e compensação por derramamento de óleo no mar e a estrutura de contingência brasileira

Cristiane Jaccoud – (professora de Direito Ambiental na EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Direito Ambiental pela UniSantos e pesquisadora na PPE/COPPE/UFRJ)

Patrocínio



Apoio Institucional





Poluição marinha e responsabilidade internacional

Jalusa Prestes Abade (mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Eco Cidadania: mecanismos de concretização de cidadania ambiental no contexto do pré-sal

Norma Sueli Padilha (professora do Programa de Mestrado em Direito da UniSantos)

Pré-Sal

Marcos Vinicius de Mello (Gerente Regional de Meio Ambiente da Petrobras)

Mesa 9: Patrimônio cultural na zona costeira

Presidente: *Lúcia Reisewitz* (professora da Pós-graduação *lato sensu* da COGEAE-PUC/SP)

O Patrimônio cultural da zona costeira

José Eduardo Ramos Rodrigues (advogado da Fundação Florestal de São Paulo - (Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo)

Poder liminar do juiz no processo penal, aplicado aos crimes contra o patrimônio cultural

Marcos Paulo de Souza Miranda (promotor de Justiça de Minas Gerais, professor de Direito Ambiental e coordenador da Promotoria do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais)

A defesa do patrimônio cultural da Zona Costeira

Márcia Dieguez Leuzinger (Procuradora do Estado do Paraná em Brasília e professora de Direito Ambiental e de Direito Administrativo da graduação e da pós-graduação (especialização e mestrado) do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, professora da especialização em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da UnB / CDS e professora de Direito Ambiental da Escola Superior de Advocacia da OAB/DF)

Proteção do Patrimônio cultural de Santos na atualidade e perspectivas futuras

Daury de Paula Júnior (promotor de Justiça de Santos)

Conservação do Meio Ambiente ou Proteção das Comunidades Tradicionais Indígenas: o dilema entre direitos fundamentais no Direito Ambiental brasileiro

Patrocínio



Apoio Institucional





Priscilla Silva Santos (pesquisa assistente do IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, especialista em Direito Ambiental e Urbanístico – Anhanguera-UNIDERP)

Palestras de encerramento:

12h30

Paulo Affonso Leme Machado (mestre em Direito Ambiental e Ordenamento Territorial pela Faculdade de Direito da Universidade "Robert Schuman" (ex-Universidade de Strasbourg III) Strasbourg/França, doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-doutor pela Universidade de Limoges/França, professor de Direito Ambiental no curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP)
14h30 - Assembléia Geral da APRODAB (para associados)

5. PÚBLICO-ALVO E EXPECTATIVA DE COMPARECIMENTO

O evento será aberto mediante inscrições prévias e destina-se a advogados, gestores ambientais, administradores e profissionais envolvidos com a área ambiental, professores, pesquisadores da área ambiental, autoridades públicas, gerentes e funcionários de empresas privadas, alunos de graduação e pós-graduação em áreas afins às questões ambientais e organizações não governamentais.

6. PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO CONGRESSO

As palestras e apresentações no evento serão publicadas sob a forma de artigos científicos em revistas e periódicos especializados.

Será editado um livro com os principais trabalhos apresentados no evento, organizado pelos promotores (APRODAB e Programa de Mestrado em Direito da UNISANTOS).

7. NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS (PALESTRANTES)

8.1. Formato e Estilo





8.1.1 Os textos completos (incluindo notas de rodapé e referências bibliográficas) devem conter de 8 a 15 páginas.

8.1.2 Os textos devem ser digitados em Word for Windows, respeitando as seguintes dimensões: Papel A4; letra Times New Roman; tamanho 12, espaçamento simples entre linhas. Margem superior de 3,0cm; inferior de 2,0cm; direita de 2,0cm e esquerda de 3,0cm. As referências bibliográficas devem ser feitas (somente) em nota de rodapé, na própria página e não no final do trabalho. É vedada a utilização de fotos ou gráficos coloridos, sendo admitidos apenas tons de preto e cinza. Não é necessário colocar ponto final depois dos títulos, subtítulos, nome dos autores e cargos.

8.1.3 A APRODAB e a UNISANTOS não se responsabilizam pela originalidade das teses apresentadas, bem como pela eventual falta de indicação do nome do autor e da origem da obra citada nos trabalhos.

8.1.4 Estrutura da primeira página:

a) título, centralizado na primeira linha, com letra tamanho 15, maiúscula, em negrito; o título do trabalho deve guardar conexão direta com as conclusões articuladas, em especial com a conclusão principal.

b) duas linhas abaixo, o nome do autor, centralizado, com letra tamanho 13, maiúscula, fonte Italic em negrito. Na linha logo abaixo, sua instituição e/ou cargo, não excedendo duas linhas. Deixar uma linha em branco e repetir o procedimento, se houver outros autores.

8.1.5 Corpo do Trabalho

a) Posicionar à esquerda os títulos das seções, em negrito e com numeração arábica. Respeitar o espaço de uma linha entre cada seção.

b) No texto da tese, bem como nas notas de rodapé, é vedado o uso de negrito e sublinhado. Admite-se apenas o itálico, no texto e não nas notas de rodapé, desde que utilizado com moderação, para destacar determinada expressão.

8.1.6 Citações





Eventuais citações, no corpo da tese, devem ser ressaltadas com recuo com a fonte em itálico, com aspas. Na medida do possível, devem ser evitadas citações longas, de mais de duas linhas, exceto quando absolutamente essencial ao desenvolvimento do raciocínio. Também devem ser evitadas as citações de fontes secundárias (“apud”), ou transcrição, na forma de citação, em língua estrangeira, devendo-se preferir a tradução pelo autor da tese.

8.1.7 Numeração

a) A numeração das seções deve ser arábica do tipo:

1.

1.1

1.1.1

b) Colocar ponto e não hífen entre o número e o título da seção, dando (um) 1 espaço entre o ponto e o título ou subtítulo.

c) Títulos e subtítulos não devem ser seguidos de ponto (.) ou dois pontos (:).

8.1.8 Conclusões Articuladas

a) Teses sem conclusões articuladas serão liminarmente rejeitadas.

Patrocínio



Apoio Institucional

